



“Acolher, educar e encaminhar na vida”: o preventório Eunice Weaver e a formação escolar profissional de filhas/filhos de pais/mães hansenianos (Araguari, MG, 1952–65)

“Admission, educating and guiding for life”: The Preventório Eunice Weaver and the professional schooling of daughters/sons of leprous parents (Araguari, MG, 1952–65)

“Acoger, educar y orientar para la vida”: el Preventório Eunice Weaver y la escolarización profesional de hijas/hijos de padres/madres leprosos (Araguari, MG, 1952–65)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-3708-4506>
<http://lattes.cnpq.br/6186135872782431>
betania.laterza@gmail.com

Brenda Maria Dias Araujo
Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
<https://orcid.org/0009-0001-4426-2745>
<http://lattes.cnpq.br/3609252941053508>
diasbrenda13@gmail.com

Elizabeth Figueiredo de Sá
Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>
<http://lattes.cnpq.br/1975779880933099>
elizabethfsa1@gmail.com

Resumo

Este estudo aborda o ensino profissional no Preventório Eunice Weaver de Araguari, MG. A pesquisa partiu destas questões: como foi a gênese do preventório? Como se processaram internações e saídas? Como se caracterizava a experiência de internação e consequências? Os objetivos foram *caracterizar* a gênese do preventório e *compreender* o processo de internação. Trata-se de pesquisa histórica documental e empírica alinhada na história das instituições escolares cujas fontes foram jornais, leis e transcrição de entrevista. O recorte temporal vai de 1952 (inauguração do preventório) e 1965 (saída do grupo internado em 1959). Foram entrevistadas três irmãs. A análise seguiu categorias *antecedência*, *cotidiano* e *consequência* relativas à internação. Os resultados permitem pôem em xeque discursos sobre internos/internas terem tratamento que amenizaria a distância da família e a falta de carinho e amor. O que tiveram foram castigo e humilhação, além de trabalho não remunerado.

Palavras-chave: Preventório; Hanseníase; Internação; Formação escolar profissional.

Abstract

This study addresses professional education at the *Preventório Eunice Weaver* in Araguari, MG. The research was based on the following questions: how did the preventorium come into being? How were admissions and discharges processed? How were the experience of admission and consequences characterized? The objectives were to characterize the origin of the Preventório and to understand the admission process. This is a historical, documentary and empirical research aligned with the history of educational institutions, the sources of which were newspapers, laws and interview transcripts. The time frame ranges from 1952 (opening of the Preventório) to 1965 (release of the group admitted in 1959). Three sisters were interviewed. The analysis followed the categories of *antecedent*, *daily life* and *consequences related to admission*. The results allow us to question discourses about inmates receiving treatment that would alleviate the distance from their families and the lack of affection and love. What they received was punishment and humiliation, in addition to unpaid work.

Keywords: Preventório; Leprosy; Admission; Professional school training.

Resumen

Este estudio se centra en la educación con fines profesionales en el Preventório Eunice Weaver, una institución dirigida a hijos de padres e madres leprosos situada en la ciudad de Araguari, MG. Su punto de partida fueron las siguientes preguntas: ¿cómo surgió el preventorio? ¿Cómo eran el internamiento y la liberación? ¿Cómo fue la experiencia de ser internado y sus consecuencias? El estudio pretendió caracterizar la génesis del preventório y comprender el proceso de internamiento. Derivó de una investigación histórica documental y empírica aliñada en la historia de las instituciones escolares en Brasil. Sus fuentes principales incluyeron noticias de periódicos, leyes y transcripciones de entrevistas. Abarca un período comprendido entre 1952 (apertura de la institución) y 1965 (liberación de niños ingresados en 1959). Fueron entrevistadas tres hermanas. El análisis consideró como categorías los *antecedentes*, la *vida cotidiana* y las *consecuencias del internamiento*. Los resultados cuestionan los discursos acerca de que los internos recibían un tratamiento que aliviaba el alejamiento de sus familias y la falta de afecto y cariño. En su lugar, lo que recibían eran castigos y humillaciones, así como trabajo no remunerado.

Palabras clave: Preventório; Lepra; Internación; Formación profesional.

Recebido: 16/07/2024

Aprovado: 08/11/2024

Introdução

Em novembro de 2023, o presidente do Brasil — Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores — sancionou a lei para instituir o direito à indenização da prole de pais e mães hansenianos retirada da guarda familiar e institucionalizada. A lei estabeleceu uma pensão vitalícia de um salário mínimo por mês como forma de indenização (Brasil, 2023). Em retrospecto, a notícia dessa lei apareceu após a publicização jornalística de vários fatos envolvendo a reivindicação de direitos por pessoas enquadráveis em tal perfil de público-alvo. Representadas por associações e agremiações afins, aceitaram falar para veículos de imprensa que fizeram ecoar histórias de abuso infantil de ordem diversa, de alienação familiar, de atitudes de arbítrio questionável... Histórias de tristeza e sofrimento, derivadas de memórias que vêm à tona à custa de muito esforço emocional.¹ Não por acaso, a lei foi vista como conquista para essas pessoas, que, em grande medida, são egressas das instituições chamadas de preventório para filhos e filhas de pais e mães hansenianos, cujas origens datam da segunda metade dos anos 1930 e cuja expansão ocorreu, sobretudo, na década seguinte.

Esse contexto se projeta neste estudo, que aborda a matéria de um ponto de vista mais histórico-educacional. Como objeto de reflexão, discussão e análise, este trabalho considera as relações entre o preventório (instituição de assistência infantil) e a educação profissional (formação educacional de crianças e adolescentes) como parte de uma “política” de assistência à população que os habitava e que, cedo ou tarde, seria desabrigada, posta na rua de algum modo. Dados as intenções e os limites editoriais deste texto, o estudo se desdobra em torno de uma instituição — o Preventório Eunice Weaver, na cidade de Araguari, MG — e da experiência de institucionalização — entrada, permanência, educação e saída — de seis crianças da mesma família levada para a instituição em 1959.

Apresenta-se aqui um estudo de intenção histórico-educacional que considerou a experiência de tais irmãs e irmãos como caso capaz de ajudar a entender de que modo ocorreu a experiência não só da internação, mas também da aprendizagem profissional e de suas consequências para a vida deles após deixarem a instituição. Tal experiência é problematizada na medida das memórias retidas da vivência no preventório, sobretudo de três irmãs que, gentilmente, aceitaram contar suas recordações de quando ali viveram. O texto se vale da história delas para pôr em primeiro plano o que têm a dizer como matéria de compreensão e interpretação histórica do ensino profissional afim à instituição preventório e à institucionalização de crianças; ou seja, um ensino profissional projetado sobre uma política de assistência social em vez de uma política educacional.

Com efeito, entender a experiência das irmãs (por consequência, dos irmãos) como protagonistas da história que se tenta escrever aqui supõe adentrar a história maior em que se inscreve o preventório de Araguari como instituição e que comporta a saúde pública, as doenças epidêmicas e a assistência social. Por isso, o texto expõe um entendimento mínimo do contexto nacional e regional, em que quatro cidades se interligaram no movimento em torno da assistência à “infância da hanseníase”, o qual presumia a internação compulsória de crianças filhas de pais/mães doentes, também isolados compulsoriamente. Tais cidades são Araguari, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia. Enquanto Araguari foi escolhida para ser sede do preventório, as demais abrigaram instituições afins, sejam postos de profilaxia federal como um criado em Ituiutaba, seja

¹ Alguns exemplos de notícias a luta por reparação social são: “Filhos de pessoas isoladas em colônias de hanseníase lutam por reparação”, de 2018 [<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/11/filhos-de-pessoas-isoladas-em-colonias-de-hansenias-lutam-por-reparacao>]; “Separados dos pais que estavam isolados em leprosários, filhos buscam indenização na Justiça”, de 2019 [<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/12/20/separados-dos-pais-que-estavam-isolados-em-leprosarios-filhos-buscam-indenizacao-na-justica.ghtml>]; “Órfãos de pais vivos: conheça a história dos filhos separados de pais com hanseníase”, de 2023 [<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-11/filhos-de-isolados-por-hansenias-no-passado-vao-receber-pensao>].

a sociedade de assistência ligada a uma federação nacional. Estes dois últimos funcionaram como agentes de ações como identificar e reconhecer pessoas com hanseníase e sua família, agir para retirá-las do convívio e providenciar os requisitos iniciais para internação no preventório.

Dados esses elementos contextuais, o estudo aqui descrito apresenta uma pesquisa desdobrada em função destes questionamentos: como foi a gênese do preventório de Araguari como concretização regional de uma campanha nacional? De que forma se processaram internações e saídas (a liberação da institucionalização)? Como se caracterizava a experiência de internação e que consequências teve na vida de ex-internos?

A fim de organizar a tentativa de compreender a realidade estudada em função de tais questões, foram estabelecidos objetivos de pesquisa no plano geral — *descrever* contextualmente a realização regional de uma política nacional de assistência à infância; e no plano específico — *caracterizar* a gênese do preventório de Araguari tendo em vista sujeitos, ações e articulações entre Estado e sociedade civil, além das responsabilidades e condições materiais de existência; e *compreender* o processo de internação (condições e modos), a experiência cotidiana de internos e internas, a saída da instituição e as consequências para a vida de quem saiu: posicionamento na sociedade, (re)estabelecimento de relações sociais e pessoais de vínculo familiar, afetivo e laboral.

Como se pode inferir, objetivos e questões de pesquisa abrangem duas perspectivas de olhar sobre a instituição: a visão externa — fenômenos sociais e políticos públicos; e a visão interna — fenômenos de seu funcionamento, sua existência cotidiana. Esse segundo olhar vai além porque tenta penetrar, também, no íntimo dos sujeitos institucionalizados, cuja voz é a que recria o “lado de dentro” do preventório como instituição operada diversamente em suas rotinas e ações, seus expedientes e procedimentos, seus tempos e lugares, dentre outros pontos.

Subjacente ao desenvolvimento deste trabalho, esteve uma pesquisa histórica documental e empírica alinhada na história recente da educação brasileira, sobretudo a história das instituições escolares. Dessa história maior, derivamos vertentes de objeto como ensino profissional e sua história, que temos estudado desde 2016 dentro de um projeto de pesquisa mais amplo que este trabalho segue.² Como pesquisa histórica, o estudo se valeu de fontes históricas verbais. Foram analisadas à luz da análise do discurso³ como método de leitura histórico-interpretativa mediante leitura crítico-analítica. A leitura supôs contextualizar as fontes tendo em vista as dimensões municipal, regional e nacional num movimento de inter-relação do ensino profissional com a institucionalização (segregação) de crianças (oriundas de família da classe trabalhadora), assim como ideais do governo Vargas, durante o qual os preventórios foram não só chancelados, mas ainda estimulados em alguma medida em meio à sociedade civil filantropa.

As fontes textuais provieram de jornais contidos no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e de entrevistas face a face com três irmãs, sem roteiro/questionário prévio, gravadas em áudio e cuja transcrição⁴ foi sistematizada como fonte histórica (Meihy, 2002). A leitura das fontes procurou apreender *discursos* que atravessaram as circunstâncias de criação e funcionamento do preventório de Araguari; e *elementos* indicativos de uma política de assistência à infância envolvendo articulação política regional com envolvimento da sociedade civil local (Orlandi, 2001; Maingueneau, 1997; Fairclough, 2008). A análise se guiou por três categorias associadas ao processo de institucionalização via preventório: *antecedência da internação*, *cotidiano da internação* e *consequência da internação* para a vida de quem voltou a morar com a família.

² Este trabalho se vincula ao projeto de pesquisa maior e em andamento *Educação, política e pobreza: a formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais* (1909–1927), a cargo de bolsista produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa, n. 4/2021, processo 317625/20 21-7 (bolsas de produtividade em pesquisa).

³ Discurso aqui se entende como representação verbal oral e escrita de dada realidade social e de seus sujeitos. O discurso considerado é o escrito, mesmo quando parte do texto escrito é transcrição de entrevista.

⁴ A transcrição da entrevista foi feita por Brenda Maria Dias Araújo.

Surgimento dos preventórios

O estudo das relações entre preventórios e educação (ensino profissional) ainda é incipiente, a julgar pelos estudos acadêmicos;⁵ ou seja, não foi sistematizado ainda um estudo que pudesse servir de parâmetro e base mais sólida e uma para este trabalho. Assim, esta compreensão dos preventórios se baseou em pesquisas isoladas que abordaram a hanseníase no Brasil e suas consequências sociais, além de outros preventórios do país; isto é, não se trata de estudos específicos sobre a origem dos preventórios no Brasil. Mesmo assim, a leitura de tais textos ajudou a derivar este entendimento.

Com efeito, se pode dizer que a ideia dos preventórios surgiu na década de 1920 e que foi associada à epidemia de tuberculose que assolava o país então. A hanseníase já afetava a população, mas não na medida da tuberculose, que consumia os esforços de tratamento, prevenção e contenção. Foi na segunda metade do decênio seguinte que o preventório, como instituição para lidar com a hanseníase, entrou na pauta de preocupações do governo brasileiro. Já estavam em expansão os leprosários, prescritos por legislação sanitária federal (Brasil, 1920); destinavam-se ao isolamento social de doentes. Mas só se resolvia parte do problema do acolhimento, pois, uma vez que pais e mães doentes iam para os leprosários, a prole ficava desamparada, e isso criava outro problema: assistir crianças de mais idade que, apesar do convívio com doentes, não contraíram hanseníase e crianças da faixa etária 0–3 anos (primeira infância). Isso porque a internação em leprosário supunha separação automática de filhas e filhos, para evitar contaminação.

Em 1935, foi lançada uma campanha, com intenção de cobertura nacional, para assistir a prole que foi separada de pais e mães e não tinha com quem ficar (cf. Monteiro, 1998; Santos, 2009; Silva, 2009; Carvalho, 2012; Pacheco, 2018). A rigor, tal assistência à infância se iniciou de forma localizada, à custa de iniciativas de fundo filantrópico e em Minas Gerais. À frente da iniciativa, esteve Eunice Weaver, brasileira casada com o estadunidense Charles Anderson Weaver, professor do Colégio Grambery, em Juiz de Fora, MG, dentre outros afazeres. A partir 1931, após voltar de uma viagem internacional de quase anos, o casal se restabeleceu nessa cidade. Charles retomaria seu cargo de professor, enquanto Eunice, além de se tornar professora, enveredaria pela filantropia voltada à hanseníase. Na viagem, ela esteve em lugares como Calcutá, Índia, onde conheceu mais de perto a doença e formas de enfrentamento (Santos, 2011; Silva, 2013; 2023). Assim, a partir de 1931–2, ela se empenhou em fundar uma associação filantrópica em Juiz de Fora — a Sociedade de Assistência aos Lázaros — e se lançar numa campanha de conscientização e arrecadação de subvenções para a construção do que seria o primeiro preventório de Minas Gerais. Subjacente à sociedade, estava a ação exclusiva de mulheres. Mais ou menos no fim da década de 30, passou funcionar em Belo

⁵ No plano das pesquisas acadêmicas em educação e história, o preventório tem sido estudado, na maioria absoluta dos enfoques, em sua relação com a hanseníase e a saúde pública. A educação entra como tema secundário, como argumento desdobrado de um objeto maior. Além dessa limitação, há os limites quantitativos. Até este momento, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior não tem mais que *cinco* dissertações de mestrado e *duas* teses de doutorado que, publicadas entre 2002 e 2022, fazem alguma análise da educação em preventórios. No periódico como *Cadernos de História da Educação*, não foram encontrados artigos sobre tal tema; idem para o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Neste há, porém, dois artigos de 2020 a 2024 no campo da saúde. Na Scientific Electronic Library Online, os resultados para estudos sobre preventório e educação foram nulos. Dessa forma, são escassas as investigações que correlacionam preventórios, educação e ensino profissional; ou seja, tal correlação tem sido feita até pelo projeto de pesquisa de maior subjacente a este texto. De um ponto de vista dos estudos na história das instituições escolares, o preventório permanece um tanto inexplorado, ao menos não como a creche e o orfanato, que se projetaram como merecedoras de pesquisas, reflexões, conceituações e teorizações — vide estudos de história e sociologia da criança, da infância e de sua institucionalização. Para o preventório não há esse aparato prévio; este está em seus primeiros passos.

Horizonte o Preventório São Tarcísio, próximo à Colônia Santa Isabel, onde viviam isoladas pessoas doentes. De início, o preventório abrigou cerca de duzentas crianças (Carvalho, 2013; Gazeta do Triângulo Mineiro, 1954).

Eunice Weaver, então, fundaria uma federação nacional de sociedades de assistência para atacar o problema em âmbito nacional. Mais que isso, levou sua iniciativa ao governo Vargas, que passou a chancelá-la. Por um lado, Eunice pôde contar com aviões da Pan Air para ir de norte a sul; por outro, Vargas acionava seus interventores em cada estado para que não só a recebessem, como ainda se dispusessem a contribuir com ela para suprir necessidades como a de espaço físico (terrenos) a fim de se erguerem preventórios. Uma vez que chegava a um estado, além da interação com o governo, ela procurava instituições da sociedade civil para articular a criação de uma sociedade de assistência local e campanhas de arrecadação de fundos. Esse processo se intensificou a partir de 1940, com a intenção de se instalarem preventórios em todos os estados. No fim da década, havia vinte e cinco em funcionamento; operavam em regime de internato e ofereciam assistência médica, alimentar e educacional (Santos, 2011; Silva, 2013; Carvalho, 2013).

O preventório de Araguari

Foi em tal cenário de articulação entre filantropia e Estado que surgiu o Preventório Eunice Weaver de Araguari, o qual passou a ser o centro de assistência para o Triângulo Mineiro. Sua consolidação foi resultado de uma ação envolvendo, de início, quatro cidades de referência na região, tendo como ponto de partida Uberaba, o município de mais projeção regional nos anos 40, seguido por Uberlândia (cuja ascensão econômica ganharia fôlego e corpo na década seguinte, com o movimento de construção da nova capital federal). Mas, a julgar pelos registros da imprensa na primeira metade daquela década, a presença regional de Eunice no Triângulo Mineiro se fez notar mais em jornais de Uberlândia, enquanto a imprensa uberabense a destacou em relação à sua presença noutras regiões do país.

Exemplo de notícia sobre Eunice Weaver em Uberaba está no jornal *Lar Católico*. Em edição de 1944, informou sobre movimentos dela no Piauí em função da criação e inauguração do “Educandário Padre Damião”, a dois quilômetros da cidade de Parnaíba, capaz de acomodar “cinquenta crianças” e apresentado como “um dos muitos elos da vasta *cadeia de preventórios* que o país possui”; subjacentes, estavam a ação da Sociedade de Assistência aos Lázarus e uma campanha de arrecadação coordenada por Eunice (Lar Católico, 23 jul. 1944, p. 11; grifo nosso). Mas foi o *Correio de Uberlândia*, em outubro de 1949, que deu notícias da ação mais concreta da filantropia e da dirigente da federação de assistência à prole de pais hansenianos da região. O texto foi assinado por um médico-clínico, Miron de Menezes (1949, p. 3), convidado, por uma “comissão técnica” criada a fim de concretizar a instituição, para escrever sobre o então “futuro preventório para os filhos dos leprosos e de suas necessidades no Triângulo Mineiro”. Nesse sentido, o médico destacou o papel de Eunice no encabeçamento da campanha, iniciada em Uberaba, e expôs a visão dele da hanseníase, dita como “um dos nossos grandes problemas sanitários”; ao mesmo tempo, mostrava seu alinhamento nas concepções de Eunice quanto a lidar com o problema: isolar doentes e amparar sua prole sadia para se “evitar uma vez para sempre a disseminação do mal”.

Menezes (1949, p. 2) foi enfático: “É preciso insistir que a Lepra não é doença hereditária”, mas era “muitíssimo contagiosa”: atingia a “todas as classes sociais, tanto o pobre, como o rico”, e até “os que nos são caros”. Em sua objetividade, expôs duas medidas centrais de ação: “1) Isolar o doente, de maneira a evitar o contágio de outras pessoas; 2) *Separar* o seu filho sadio, *logo ao nascer*, afastando-o do convívio como os parentes” (grifo nosso). Ao preventório a ser criado, caberia o item 2 — como coube aos preventórios já funcionando “em outras zonas do Estado”; mas a região pedia uma instituição distinta.

O nosso [...] deverá ser um *preventório do tipo rural*, com todas as dependências necessárias ao conforto daqueles que não têm o carinho dos pais e como todos os departamentos indispensáveis à sua *real finalidade*, que será de *educá-los e reintegrá-los* na sociedade. Construindo o Preventório, com um pavilhão para cada cidade, tornar-se-á muito a sua *manutenção pelo Estado*, sabendo-se ainda que o mesmo, por sua produção agrícola e industrial, terá futuramente a sua *própria renda* (Menezes, 1949, p. 3; grifo nosso).

Dos vários elementos importantes que essa passagem contém, vale destacarmos a ideia de isolamento socioespacial, que se alinhava um pouco no modelo da instituição leprosário, porque se vislumbrava a nova unidade como capaz de produzir renda e se sustentar. Nesse caso, podemos cogitar que a ação de manutenção atribuída ao Estado tenderia a minorar na medida da entrada de renda; mais que isso, parece que a finalidade central de educar e reintegrar supunha explorar a população infantil internada como mão de obra, o que poria em xeque a centralidade da educação e integração. Pelo sim, pelo não, o texto do clínico pode ser lido como informação de um processo já instaurado, ao menos caso se considere que já se sabia o *como* e o *que* seria o preventório; faltava o *onde*.

Com efeito, em 28 de outubro, o *Correio de Uberlândia* publicou uma carta de Eunice Weaver à sua redação vinda do Rio de Janeiro e com data do dia 9. Ela informou ter estado em Araguari (sem dizer a data) e que de lá havia passado um telegrama ao jornal para agradecer o empenho na campanha pró-preventório. A data de 9 de outubro nos diz, então, que ela estava em Araguari à época de publicação do texto do clínico Menezes (dia 6) e que já havia se decidido sobre o lugar que sediaría o preventório: o município de Araguari. Após cerca de dois anos de campanha de arrecadação para se concretizarem os planos de erguê-lo, saíram as primeiras notícias de inauguração, como disse o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, de setembro de 1952.

Será inaugurado no dia 6 do corrente [mês de setembro], na cidade de Araguari, o primeiro pavilhão construído para o *conjunto dos edifícios* do preventório para filhos sadios dos hansenianos, denominado “Pavilhão Uberaba”. Esse preventório deverá servir a *toda a zona do Triângulo Mineiro* e a cerimônia da inauguração será presidida por altas autoridades do governo do estado, com a presença da senhora Eunice Weaver, presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros (*A Noite*, 5 set. 1952, p. 3; grifo nosso).

Conforme sugere a citação, o preventório foi construído com a perspectiva de ampliação porque se pretendia que tivesse alcance regional. Mas convém interpretar que a inauguração de um só pavilhão — o “Uberaba” — pode ter sido consequência de uma arrecadação de fundos insuficiente para ir além; ou seja, até então, é possível que o município de Uberaba tenha sido o mais bem-sucedido quanto a reunir subsídios. Mas o interesse era regional, a julgar pela presença de autoridades sanitárias e políticos na cerimônia de inauguração, em 6 de setembro de 1952; estiveram presentes o secretário de Saúde de Minas Gerais (*O Dia*, 6 set. 1952), o diretor do “Departamento de Lepre” do estado, os prefeitos de Araguari, de Monte Carmelo, de Cascalho Rico e de Uberlândia, além de representantes do “Departamento Nacional de Lepre” (*O Jornal*, 8 out. 1952, p. 10).

A expectativa de acomodação do preventório teve projeções distintas conforme os jornais; por exemplo, *O Dia* (1952, p. 3) citou “mil filhos sadios de hansenianos”, o que faria do preventório “o maior do Brasil”, enquanto o *Correio da Manhã* (18 set. 1952, p. 6) disse “cerca de quinhentas crianças”. Em que pese a imprecisão, não faltaria espaço para se ampliarem as instalações e capacidade de acomodação, pois foi erguido numa área de “cerca de 110 alqueires mineiros (geométricos)” (Jornal do Comércio, 7 set. 1952, p. 9), pertencente a uma velha fazenda comprada com a arrecadação da campanha (1948–52) a “7 Km da cidade” (Gazeta de Araguari, 25 dez. 1955).

Como instituição regional, o preventório receberia crianças de todas as cidades do Triângulo Mineiro; mas a ida delas dependia exclusivamente de autoridades médicas e saúde de cada cidade. Era preciso haver representantes locais que tivessem conexão direta não só com o preventório, mas ainda com a federação dirigida por Eunice Weaver. Nesse sentido, notícias primeiras de encaminhamento de crianças para internação se referem a Uberaba. De fato, há registros de que essa cidade contava, antes de 1952, com instituição similar ao preventório e com uma sociedade de assistência ligada à federação.

Uberaba já não possui o Lar “Eunice Weaver”, aquela instituição de assistência aos filhos sadios dos lázaros, que tão grandes benefícios prestou à infância, isolando os meninos descendentes de leprosos [...] Enviados para o Araguari, teem [sic] ali um *lar de verdade* e todos os *recursos materiais e morais* para se desenvolverem e se tornarem cidadãos úteis à coletividade [...] [Ainda assim], continua[ria] em franca atividade e cada vez mais necessitada de auxílio popular a Sociedade de Assistência aos Lázaros [...] [responsável pela] campanha de benemerência e humanitarismo [...] (Lavoura e Comércio, 15 jan. 1953, p.3).

Igualmente, notícias primeiras de encaminhamento de crianças para o preventório de Araguari foram dadas na imprensa de Uberaba, a exemplo do jornal *Lavoura e Comércio* (3 set. 1953, p. 4): “Pelo expresso da Rede Mineira de Viação chegaram ontem a esta cidade, com destino ao Educandário ‘Eunice Weaver’ do Triângulo Mineiro”, em Araguari, “dezesseis crianças acompanhadas pelos [...] funcionários do serviço de lepra”.

Dois anos após a inauguração, o preventório foi objeto de reportagens da imprensa araguarina como a *Gazeta do Triângulo Mineiro* (25 dez. 1954, p. 8), que destacou a capacidade de internação de “800 crianças” e o total de “62 internados”; também disse de uma “Quasi auto-suficiência em produção agrícola”, a exemplo de hortaliças e ovos (no caso destes, a produção extra era vendida na cidade). Se, em meados de 1953, o preventório passou a ter mais um pavilhão (Lavoura e Comércio, 19 maio 1953, p. 53); em dezembro de 1955 a gazeta atualizou os dados sobre o estado do preventório assim: ao todo, vinte e oito cidades haviam contribuído para a instituição, inclusive à compra da fazenda; ao todo, os internos somavam 250, que ocupavam três pavilhões: Uberaba, Uberlândia e Charles Anderson Weaver (homenagem ao marido de Eunice).

No pavilhão “Uberlândia”, que foi o segundo construído, com uma área de 1.035 m², funciona a *escola com quatro salas de aulas*, biblioteca, secretaria, sala de recreação “playground”. [...] pavilhão “Charles Anderson Weaver, agora inaugurado. Com seus 3.720m² de área útil, comporta os dormitórios para as meninas se também provisoriamente para os meninos, enquanto não surgir o quarto pavilhão. [...] Ali, realizam seus *estudos iniciais*, tanto *primários* quanto *técnicos elementares*, compatíveis com a sua idade (Gazeta do Triângulo Mineiro, 25 dez. 1955, p. 14; grifo nosso).

Como se lê, em seus primeiros anos de funcionamento, o preventório oferecia apenas educação elementar; e a relação entre salas de aulas e número de internados parece ter sido um fator temporariamente limitante, ao menos até a construção de mais pavilhões. Ainda assim, havia uma divisão etária na oferta de escolarização, entre Ensino Primário e ensino técnico, que vemos aqui como profissional. Essa oferta, além de ser parte da ação do preventório, se alinhou no que ditou a lei de profilaxia da hanseníase, de 1949.

Art. 15. Todo recém-nascido, filho de doente de lepra, será compulsória e imediatamente afastado da convivência com parentes [...] Art. 24. O Estado prestará ampla assistência social aos doentes de lepra e às suas famílias, compreendendo-se [...] c) as crianças comunicantes de doentes de lepra e os demais membros das famílias dos doentes isolados. Art. 26. Às crianças comunicantes de doentes de lepra, internadas em preventórios ou recebidas em lares, será proporcionada *assistência social*, principalmente *sob a forma de instrução primária e profissional*, de *educação moral e cívica*, e de prática de recreações apropriadas (Brasil, 1949, grifo nosso).

Pelo texto da lei, parece ficar claro que o preventório de Araguari, em suas funções, seguia as prescrições legais para a oferta de escolarização em seu interior; além disso, especifica a instrução profissional de um modo similar ao que se disse da escolarização de filhos/filhas de pessoas hansenianas internadas, vide as palavras “primário” e “primária” e “técnico” e “profissional”.

Um problema, porém, talvez fossem a relação entre o espaço escolar — quatro salas de aula — e o número de crianças internadas — 250 em 1955. Num cálculo simplista, a média de alunos por sala seria acima de sessenta, caso se pense em um turno para discentes do Ensino Primário e em turno para alunos do ensino técnico-profissional, seguramente em menor número porque supunha a conclusão do nível elementar, isto é, de aprendizagem prévia da leitura, da escrita e do cálculo. Também se nota a distinção entre instrução e educação, em que esta última seria dada na família, que era “desmembrada” em função da internação de pais e mães doentes e da retirada das crianças sadias do meio familiar. Essa condição se projeta nas memórias das irmãs ex-internas do preventório, que contaram, em entrevista, a experiência de serem retiradas de sua família, no município de Ituiutaba, para serem internadas na instituição em Araguari e lá viverem por seis anos (1959–65).

De Ituiutaba a Araguari: a internação da prole

Com efeito, o município de Ituiutaba não só havia entrado no roteiro das campanhas de arrecadação de subsídios para o preventório, como ainda recebeu a visita de Eunice Weaver na segunda metade dos anos 50. A presença dela na cidade foi destacada pela imprensa local. O jornal *Folha de Ituiutaba* (25 fev. 1956, p. 1), por exemplo, noticiou campanhas como o “Concurso miss Triângulo Mineiro 1956”, em prol do preventório, descrito como “em construção” e com a finalidade de “acolher, educar e encaminhar na vida os filhos sadios dos hansenianos”. A notícia de capa destacou, ainda, a presença na cidade, cinco dias antes, de uma comissão encabeçada por Eunice Weaver para “lançar entre nós as bases do mencionado concurso”; com ela estavam pessoas ligadas ao preventório de Araguari e à sociedade de assistência. A comissão foi recepcionada pelo “casal Dr. Antonio Cunha Campos e Dra. Dirce Leite Cunha Campos, presidente da organização congênere local”, ou seja, Sociedade de Assistência aos Lázarus de Ituiutaba. Além disso, na casa do casal, lugar da recepção a Eunice, estiveram prefeito e secretário, vice-presidente da associação comercial e presidente do Ituiutaba Clube, onde seria feita à noite uma homenagem mais pública a Eunice, isto é, com a presença de mais pessoas.

Ainda em 1956, em dezembro, o jornal local lembrou a visita de Eunice Weaver em fevereiro publicando a mensagem de fim de ano que ela havia submetido à redação.

Aqui estamos, uma vez mais, para felicitar a todos que tiveram o espírito de natal patenteado durante o ano que expira [...] gostaríamos que todos os nossos amigos, como nós, pudessem presenciar a alegria e os sorrisos das crianças que ampararam, agasalhando-as, e que, *afastadas do lar paterno pela força das circunstâncias, encontraram um outro lar*, que os nossos amigos ajudaram a erguer e a manter. Que felicidade se todos pudessem ver os jovens, protegidos contra o mal, *orientados e seguros* em sadios lares, com os recursos que lhe enviaram. E são estas crianças, e são estes jovens, que nesta hora erguem as mãos em prece e suplicam: “*Não nos negue sua Bondade, seu Carinho, seu Amor*, que são agasalhos para o nosso corpo e o nosso espírito [...]” (Weaver, 1956, p. 3; grifo nosso).

É possível que uma consequência da visita tenha sido a federalização de algo que ocorria em nível local: a profilaxia da hanseníase. Até então, o município tinha um “posto de higiene” que agia na prevenção da tuberculose e hanseníase; a cargo de um médico, cuidava de ações como aplicação da vacina BCG (Folha de Ituiutaba, 1954, p. 3). Em fevereiro de 1957, foi criado um “posto federal de profilaxia de lepra”, para atender a Ituiutaba e seis municípios vizinhos; de início, o posto faria uma “espécie de censo dos leprosos” e ao seu “tratamento no próprio domicílio, sem o ‘fantasma do internamento’” (Folha de Ituiutaba, 1957, p. 1). Como se lê, não se tratava de um órgão necessariamente ligado ao preventório ou à sociedade de assistência local; mas seguramente interagiu com essas instituições em algum nível porque o envio de crianças para Araguari dependia da localização de pais e mães hansenianos cuja prole estava sadia; e, nesse caso, o censo a ser feito pelo posto federal de profilaxia seria um instrumento importante para localizar doentes e identificar filhas e filhos que não haviam contraído a doença.

As irmãs ex-internas

Com efeito, as irmãs entrevistadas se referiram ao momento em que foram retiradas do meio familiar para viverem no preventório de Araguari. Segundo disse uma delas, filhos e filhas somavam treze pessoas, com umas de mais idade: “um de 15 e uma de 18” — que ficaram “na companhia da minha mãe” — e três irmãs “casadas[, que] não moravam com a minha mãe” (N.,⁶ 2023, s. p.). O restante da prole tinha idade variada quando deixou a casa da família.

A Z. com 3 [anos de idade], a D. com 6, o O. com 5, eu estava com 8, com 9, a J. com 10 e o G., que era mais velho, estava com 12. Então, assim, uma escadinha. [...] Então nós *fomos tirados da nossa mãe* com isso, porque na época, que a gente morava na fazenda... E nós éramos a única família de seis. [...] Na época, a gente morava na fazenda [...] na época em que a minha mãe apareceu com essa hanseníase, a gente não sabia o que era. Os patrões do meu pai, que é a dona Dorica e o seu

⁶ As irmãs assinaram termo de consentimento de uso acadêmico das informações relatadas e de menção a seus nomes completos em textos como este. Ainda assim, preferimos mantê-las em anonimato abreviando seus nomes, porque as informações ditas são afins a questões algo delicadas, algo íntimas; e porque, embora as entrevistas componham o rol de fontes de uma pesquisa de doutorado, esta ainda não foi aprovada por conselho de ética em pesquisa com pessoas vivas diretamente envolvidas no processo.

Geraldo, eles eram parentes do *doutor Cunha*, mais da dona *Dirce*. [...] O doutor Cunha trabalhava nessa área já, sabe? E eles faziam parte da diretoria lá do internato. [...] eles mandaram nós para lá. E o doutor Cunha mesmo que cuidou da minha mãe. Então foi assim: quando descobriu que minha mãe estava com essa doença, logo, logo eles já providenciaram de tirar nós dela, né? Aí que mandou nós para esse internato lá (N., 2023, s. p.; grifo nosso).

Esse trecho deixa entrever dois momentos previsíveis no processo de internação em preventório: 1) a identificação do pai e/ou da mãe doentes e da filha e/ou filho sadios; 2) a retirada da prole sadia do convívio familiar. Não poderia ser diferente caso se considerem os agentes envolvidos: o casal de médicos que recepcionou Eunice Weaver em 1956, pois a esposa dirigia a sociedade local de assistência. Além disso, a identificação da mãe doente parece não ter sido resultado de um eventual censo feito pelo posto de profilaxia criado em 1957; antes, parece ter sido o fazendeiro e sua esposa que tomaram providências para uma possível visita do médico à fazenda e a tomada de medidas subsequentes, seja o tratamento da doente, seja o encaminhamento da prole ao preventório. Em todo caso, fica clara a necessidade de uma autoridade médica para cancelar o processo de internação. Além disso, diferentemente do que preconizava a lei de profilaxia da hanseníase de 1949, a prole de que faziam parte as irmãs entrevistadas não incluía criança recém-nascida quando foi arrancada da família para ser internada no preventório de Araguari. Por causa disso, as irmãs retiveram uma memória bastante vívida do momento em que foram retiradas de sua família.

Foi muito triste. Muito triste mesmo. Eu não esqueço até hoje. Ficou gravado na minha mente... Eu estava com 9. Não, não, era 9 ainda, porque eu fazia 9 em outubro. Nós fomos em 24 de junho [de 1959], sabe? Mas ficou gravado na minha mente, porque eles *iludiram* muito a gente, que lá nós íamos ter de tudo, [...] ia ter trem de ferro pra nós passearmos. Iludiu muito a nossa cabeça. Como a gente nem conhecia isso, a gente achou então... O que eu lembro direitinho foi quando anunciou que nós tínhamos que ir e nós não entendíamos nada. Aquela ali [apontando à irmã Z.], bebezinha praticamente. [...] Então, a dona Dorica ajeitou para a gente ir pra lá. Aí, todo mundo achou que era uma maravilha. *O prédio é maravilhoso* (N., 2023, s. p.; grifo nosso).

[Eu estava com] 3 anos (Z., 2023, s. p.).

O relato é explícito do quanto a ida para o preventório marcou a memória das irmãs. Por um lado, a memória cronológica reteve a data exata da ida; por outro, o relato é enfático no quanto o evento se fixou na memória afetiva delas. A fala parece conter um quê de contradição ao afirmar uma concepção e recordação de que a prole foi iludida e de que não entendia nada do que se passava naquele momento. Aparentemente, às crianças foi anunciado que teriam de deixar sua família, mas sem que pudessem saber de fato por quê; o que souberam é de como seria a vida lá: supostamente, melhor do que era na fazenda, porque esta não tinha de tudo, muito menos a possibilidade de passear de trem. O que possivelmente era contado como história de mãe e pai — a locomotiva — foi prometido como realidade possível para as crianças uma vez que estivessem no preventório; ao mesmo tempo, o prédio do preventório parece ter sido igualmente utilizado como argumento de persuasão porque não compunha a paisagem da vida na fazenda.

Ainda que possa ter dissipado desconfianças das crianças, a promessa do que encontrariam em Araguari não foi forte o bastante para aplacar sensações ruins na hora da partida, recordada em detalhes.

Aí foi marcado o dia da gente ir. O seu Geraldo, mais o seu Franquinho, pegou a camionete deles e foi levar a gente. Nessa época, não tinha asfalto, era tudo estrada de chão. E a gente foi, só nós com eles mesmo. Meu irmão mais velho com 12 anos. Só que nós fomos chorando. Aquela ali [a irmã Z.] chorava o tempo todo, pedindo mãe, chamando minha mãe, “eu quero minha mãe”. Nós chorávamos tudo junto e foi aquela coisa. Isso foi mais ou menos um mês. Nós não acostumávamos. Então foi muito assim... Eu não esqueço quando a gente entrou na camionete de madrugada, o dia amanhecendo [...] eu lembro direitinho que a gente saiu da fazenda e tinha uma curva lá na beira do rio, tinha um rio, e a estrada fazia uma curva, o que *eu olhava pra trás, minha mãe chorando*, mais o *meu pai abanando a mão* assim. Isso ficou gravado na minha mente; e a gente foi, até a hora que fez a curva, que desapareceu tudo. Então, isso está gravado na minha mente até hoje. Eu nunca esqueço isso, sabe? (Z., 2023, s. p.).

Eu chorei 45 dias (Z., 2023, s. p.).

Como sugere a passagem, no momento de ir embora, o que ficava era muito mais importante do que aquilo que supostamente se encontraria no preventório. Era o que motivava o choro de todos, até do irmão mais velho (12 anos). O que ficava eram pai e mãe: a referência, o carinho, o amor, o zelo, tudo aquilo que encontravam no lar do qual eram retiradas. Assim, a ida não foi pacífica.

[Um irmão] Ele foi com 5 anos. Ele é um dos que não perdoou o papai mais a mamãe, porque mandaram nós para lá, por que deixou ele ir com 5 anos... Mas o papai e a mamãe não têm culpa disso, não! Mas não foi de repente, foi por causa da doença. Minha mãe falou: “Tem que separar tudo” (Z., 2023, s. p.).

Com efeito, a passagem sugere que a ida para o preventório foi traumática mesmo para os mais novos da prole, ainda imaturos para entenderem pelo que estavam passando. Igualmente, o trecho indica que não foi decisão tomada às pressas e que foi consentida pela mãe, que preferiu ver os filhos longe dela a correr o risco de que pudessem ser acometidos pela doença também. Mas não perderam contato com ela nem com o pai.

[A mãe] já estava praticamente curada e já tinha tido mais dois filhos. Ela teve dois filhos nesse prazo que a gente estava pra lá. Aí, eles permitiram que ela fosse lá. [...] Foi após três anos que a gente estava lá, que ela foi. Depois, ela não foi mais. O papai ia todo mês (Z., 2023, s. p.).

A prole ficaria “seis anos lá” no preventório. Nesse meio tempo, o médico Cunha havia cuidado da mãe. A cura viria após os seis anos, porque a doença foi diagnosticada “a tempo” de a mãe reagir ao tratamento. Como disse a entrevistada, “o doutor Cunha [...] viu que ela já estava curada e permitiu o papai a buscar a gente. Deu alta. Deu por escrito, pra ir buscar. Mas eles não queriam entregar não, porque a gente foi pra lá pequena, tudo petitinha” (Z., 2023, s.p.).

Contudo, no período de seis anos, a vida no preventório teria sido traumática porque marcada pela violência social e psicológica, dentre outras formas de tratamento. Embora houvesse a visita paterna mensal durante a internação, o mais provável é que a prole não tenha tido a oportunidade de contar ao pai como era a vida ali; ou seja, a visita não era demorada o bastante e, seguramente, era feita sob os auspícios da direção da instituição. Além disso, a possível troca de cartas entre prole e família era proibida. De tal maneira, as irmãs tiveram de desenvolver táticas (Certeau, 2008) para darem a conhecer como era a vida no preventório, a exemplo de castigos, agressões verbais e situações de humilhação perante os internos.

A Z., pequena, fazia xixi na cama e apanhava (N., 2023, s. p.).

Eu fazia xixi na cama lá. Aí eles [funcionários] pegavam o lençol da minha cama e punha na minha cabeça assim, da [parte] onde eu fazia xixi e punha. A gente fazia fila pra entrar pro refeitório, daí punha eu na frente [com o lençol molhado de xixi] (Z., 2023, s. p.).

Irmã mais velha, a entrevistada N. teve uma ideia. Visto que tinha idade maior, ficava em quarto separado na hora de dormir; assim, quando a irmã mais nova molhasse o lençol, tinha de ir ao quarto de N. dizer; e esta então ia ao quarto da irmã, “tirava o meu lençol que molhou, e nós íamos lá no banheiro, [onde] ela dava uma enxaguada nele” e deixava lá; depois, “pegava o lençol da cama dela [...] punha no meu [colchão]”. De “madrugadinha, antes de todo mundo acordar, ela ia lá, catava o lençol e punha na cama dela”. A sagacidade de N. estava em intuir que ninguém iria “procurar na cama dela, porque ela não estava acostumada a fazer xixi” (Z., 2023, s. p.).

Além da urina no lençol, a menstruação era motivo de vexação. Quando as meninas menstruavam, eram humilhadas no refeitório, porque todos ficavam sabendo. Conforme o que disseram, havia humilhações e castigos.

no refeitório, quando estava todo mundo movimentando, às vezes as meninas menstruavam. [Com 12, 13 anos de idade], ninguém sabia de nada, ninguém foi orientado por pai e mãe, foram pra lá nenenzinho, escondia as roupinhas debaixo do colchão. Ela [diretora] levava lá pro refeitório e mostrava na frente de todo mundo e falava: “Filhos de leprosos. Vocês são filhos de leprosos”. Isso aí doía no fundo dos nossos corações, sabe? É humilhação. O que mais me machucou foi a humilhação (D., 2023, s. p.).

Incapaz de se calar, a irmã N. insistiu na comunicação por carta com a família.

não tinha como a gente escrever carta, porque eles não aceitavam mandar carta pra cá. Então, quando eu estudei, eu fiz a quarta série, quarto ano — nessa época era quarto ano —, eu fui estudar na cidade [de Araguari], que tinha colégio na cidade. Eu fui estudar no colégio. Eu fiquei mais ativa. Aí foi que eu comecei a escrever carta. Só que eles não deixavam vir. Eles não entregavam.

Atenta ao fluxo de pessoas de fora no preventório, N. contou ter descoberto que três professoras que estavam fazendo estágio ali eram da cidade de Ituiutaba e viu aí uma chance de fazer a carta chegar às mãos do pai.

lá tinha um curso de professora de fora, e essas professoras foram pra lá fazer um curso. Então, foi três daqui de Ituiutaba, sabe? Aí, eu escrevia carta e pedi pra uma delas — inclusive ela é sobrinha do seu Geraldo [fazendeiro patrão do pai] [...] — e eu pedi ela pra entregar a carta escondido. Ela era professora, [logo], eles não iam revistar a mala dela. Então eu pedi pra ela entregar pra dona Dorica e ela entregou a carta. Eu estava acho que com 12. Aí, através dessa carta, [...] [onde] eu contei tudo que eu queria, tudo que nós passávamos... Eu desabafei na carta mesmo. contei pro papai. [...] E aí ela entregou essa carta, e todo mundo, a dona Dorica leu, o seu Geraldo leu, mostrou pro doutor Cunha. [...] Porque eles achavam que lá estava tudo maravilhoso (N., 2023, s. p.).

Graças à astúcia da irmã, toda a prole pôde retornar ao meio familiar, mas não sem entraves da instituição.

Aí o papai foi buscar nós. O doutor Cunha já tinha dado o papel, com a autorização, o papai já tinha ido num advogado, foi orientado [...] o papai ficou prevenido. Chegou lá, e eles não queriam entregar nós; falou assim: “Não. Eles vieram pra cá pequenos. *Tudo que eles sabem* nós que ensinamos, e eles aprenderam tudo que eles sabem aqui. O senhor não tem direito mais dos seus filhos”. Desse jeito! Aí o papai falou assim: “Uai, então a senhora procura o advogado da senhora, porque os papéis do meu está aqui” e apresentou pra ela. [...] Ele falou: “Não. Eu tenho todo direito” (N., 2023, s. p.).

De fato, as irmãs argumentaram que Eunice Weaver não sabia do que se passava no preventório no que se refere a castigos, agressão e humilhação.

A dona, a criadora desses internatos era a dona Eunice Weaver. [...] Mas ela não era ruim. Ela não sabia que isso acontecia (N., 2023, s. p.).

Ela jamais soube disso (D., 2023, s. p.).

Também acreditam que foi ela quem havia levado para o preventório a professora que lecionou para duas irmãs no curso profissional de corte e costura ofertado às meninas e do qual retiveram recordações vívidas.

A instrução profissional e suas consequências

De fato, a entrada na escola teve o gosto de uma segunda separação para a prole.

a diretora lá resolveu separar nós, porque tinha a escola, tinha o grupo escolar que nós estudávamos, tinha que estudar. Eu já estava na idade de estudar. Então, a gente foi estudar, mas a Z., tinha a minha irmã mais velha, que tinha que ficar cuidando dela [Z.] o tempo todo, porque ela chorava dia e noite, chamando a mãe, e nós também chorava junto, né? (D., 2023, s. p.).

Como se pode inferir à luz da faixa etária da prole, parte estava em idade escolar elementar (5–7), parte já tinha excedido tal idade, e a irmã mais nova tinha 3 anos. Nesse sentido, se algumas podiam estudar, a mais velha tinha de cuidar da mais nova, o que supostamente impactou em sua escolarização.

No quesito ensino profissional, a memória das irmãs foi generosa. Disseram que tinham cursos de tecelagem e costura, de culinária e até de carpintaria. Mas o que elas gostavam mesmo era das aulas de costura; a preferência se justificava pela professora, que é vista pelas egressas como pessoa terna e acolhedora.

A gente chamava ela de Tianinha. Ela casou com um moço de Brasília. Ela deve morar em Brasília. Uma vez ela foi embora pro Rio de Janeiro, ela não aguentou ficar longe de nós e voltou pra lá. Ela era do Rio de Janeiro. [...] Sebastiana [o nome dela]. A gente chamava ela de Tianinha. [...] ela era legal, todo mundo gostava. [...] Ela sendo do Rio de Janeiro, é capaz que a dona Eunice que providenciou de mandar ela pra lá (D., 2023, s. p.).

Quando a gente foi pra lá, ela já estava lá há muitos anos (N., 2023, s. p.).

Com recordações positivas da professora de costura, contrasta a recordação de como era o curso, sobretudo na aprovação do que faziam de atividade prática.

O que a gente fizesse de errado, eles *esfregavam na nossa cara* (N., 2023, s. p.; grifo nosso).

Fazia a gente desmanchar e fazer de novo (D., 2023, s. p.).

É [todo mundo era obrigado a ir às aulas] (Z., 2023, s. p.).

O ensino profissional incluía o corte e a costura.

Tinha essa aí [N.] que cortava [...] e tinha as que costuravam (D., 2023, s. p.).

Eu costurava botão (Z., 2023, s. p.).

Eu, com 10 anos, estava costurando, eu cortava a camisa, eu costurava a camisa (D., 2023, s. p.).

A [irmã] J., eu lembro que ela aprendeu a fazer aquelas cestas, aquelas cestas bonitas, aquelas cestas de palha (N., 2023, s. p.).

Tecelagem. Eu mesma trabalhei tecendo há muito tempo. Tapete. Fazia os tapetes (D., 2023, s. p.).

Como se lê, corte, costura e tecelagem foram atividades profissionais que as irmãs estudaram e aprenderam como profissão, com destaque para D., que mostrou destreza e talento já com 10 anos de idade. Mas o aprendizado que lhes poderia garantir uma ocupação profissional para a vida fora do preventório foi associado a um cotidiano que lhes foi traumático e num contexto de obrigação com reprimendas quando o resultado não saía a contento. Nesse sentido, uma vez de volta à vida familiar, exercer a profissão aprendida era reviver tempos em que tiveram de superar muitos obstáculos e situações degradantes.

A madrinha [N.] nunca mais olhou pra sapato (Z., 2023, s. p.).

A gente aprendeu a gostar (N., 2023, s. p.).

Eu já costurei muito pra fora, hoje em dia que eu não costuro. [...] Eu já costurei demais na minha vida. Já fiz terno, roupa de casamento, vestido de noiva, o vestido da [...] minha filha foi eu que fiz [...]. Mas assim, é um dom que a gente tem (D., 2023, s. p.).

Conforme sugerem essas falas, embora os cursos do preventório pudessem ter como resultado a formação de profissionais e, assim, resultados positivos na vida da prole fora da instituição, não eram garantia de continuidade da aprendizagem nem do exercício da atividade profissional aprendida. No caso da irmã D., a continuidade resultou mais de “um dom”, ou seja, de sua predisposição ao curso de corte e costura, do que de um processo consequente. É provável que teria se desenvolvido na profissão de costureira mesmo se seu destino tivesse sido outro na infância. A opinião dela é forte quanto à ideia de que a maioria das pessoas que aprenderam a profissão em preventório não a seguiu após saírem da instituição.

Nunca mais quer nem ver (D., 2023, s. p.).

Não tem como, né? *Quando não tem amor*, não tem como ir pra frente (Z., 2023, s. p.).

Com efeito, o que dizem se aplica ao caso do irmão mais velho.

Ele estudava na escola profissional [...] [Mas] Não foi pra frente (N., 2023, s. p.).

Ele ficou com trauma (Z., 2023, s. p.).

Traumatizado. O padrinho veio de Araguari [para Ituiutaba] com mais estudo do que nós. Mas nós não fomos pra cidade [de Araguari], ele estudava na cidade. Era numa escola profissional lá. E todo dia ele ia pra Araguari, estudava e voltava pra dormir. O padrinho já era profissional quando ele veio... Porque foi, tipo, obrigado a fazer (D., 2023, s. p.).

Pela fala das irmãs, o irmão mais velho não só aprendeu sapataria, como ainda fazia calçados para todo o educandário; ou seja, trabalhava como sapateiro. Mas sofreu tanta violência, que quis se desvincular da instituição. Quando saiu, não foi seguir a profissão, porque seu aprendizado foi à custa de muita dor; e ser sapateiro seria relembrar tudo pelo que passou. Além disso, um elemento extra se acresce a essa condição: o trabalho infantil, pois a prole começou a trabalhar no preventório.

Eu, com 12 anos (Z., 2023, s. p.).

Eu, com 15. Lá, cada um tinha sua obrigação. Como eram vários quartos, cada um tinha um quarto pra limpar (N., 2023, s. p.).

Foi só trabalhar. Nós não sabíamos brincar, não tinha boneca, não tinha nada (D., 2023, s. p.).

Com efeito, são falas que põem em xeque discursos como o de Menezes, o médico clínico de Uberlândia que escreveu sobre a importância do preventório como lugar onde as crianças teriam tratamento que amenizaria a distância da família e falta de carinho de pai e mãe; e discursos como o de Eunice Weaver em sua mensagem de fim de ano para a sociedade de Ituiutaba: em vez de carinho e amor no preventório de Araguari, a prole teve castigo e humilhação; em vez de estudo e diversão, teve trabalho não remunerado.

Considerações finais

Dada a reverberação das relações entre preventórios, ex-internos e indenizações do Estado, entendemos que um *corpus* de estudos como este tem o efeito de oferecer uma base histórico-factual para dar mais fundamento às demandas de indenização de ex-internos de preventórios para filhos de hansenianos. Ainda que não literalmente, essa expectativa foi expressa nas palavras das irmãs entrevistadas. Entendem que a história delas com o preventório merece ser publicizada. Embora “Não é nosso caso, porque a nossa mãe teve a hanseníase”, mas foi curada, e a prole voltou para o meio familiar. Ainda assim, entendem que “Tem muita gente lutando para ver se indeniza” (N., 2023, s. p.). Nesse sentido, são memórias valiosas para a história da educação, pois expõem dimensões de como era a vida no preventório como testemunha ocular.

Referências

CARVALHO, Keila A. Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960). *Tese* (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kZA8q>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: ed. UnB, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: ed. Unicamp, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. *Saúde e Sociedade*, v.7, n.1, p.3-26, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12901998000100002>

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A análise de discurso e seus entremeios: notas sobre a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.42, p.21-40, jan.-jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637139>.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. A história de crianças que viveram o isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980). *@rquivo Brasileiro de Educação*, v.6, n.14, p.181-215, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2018v6n14p181-215>.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). *História, Ciências, Saúde-manguinhos*, 18, 253-274, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500014>.

SILVA, Claudia Cristina Santos. *Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha, 1930–1967*. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/YjdKi>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SILVA, Leicy Francisca. Filantropia e política de assistência às famílias de doentes de lepra em Goiás, 1920-1962. *História, ciência e saúde*, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.321-40. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015005000012>.

SILVA, Leicy Francisca. Filhos e Comunicantes: a construção do problema da proximidade com os doentes de hanseníase na legislação. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate* [S. l.], v. 9, n. 2, p. 22–40, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v9i2.7880>.

Fontes

Jornais

A NOITE. *Preventório para filhos sadios de hansenianos*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 5 set. 1952, n. 1.491.

CORREIO DA MANHÃ. *Inaugurado, em Araguari, o Educandário Eunice Weaver*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 18 set. 1952, 18.249.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Preventório para os filhos de leprosos do Triângulo Mineiro*. Uberlândia, MG, 10 out. 1949, n. 2.504.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Benemérita campanha de assistência social*. Ituiutaba, MG, sábado, 25 fev. 1956, n. 755.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Criado em Ituiutaba um posto federal de profilaxia de lepra*. Ituiutaba, MG, sábado, 8 jun. 1957, n. 822.

FOLHA DE ITUIUTABA. *Preventivo contra tuberculose e a lepra*. Ituiutaba, MG, sábado, 16 out. 1954, n. 684.

GAZETA DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Educandário Eunice Weaver*. Araguari, MG, 25 dez. 1954, n. 1060.

GAZETA DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Educandário Eunice Weaver*. Araguari, MG, 25 dez. 1955, n. 1108.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros*. Rio de Janeiro, domingo, 7 set. 1952, n. 286.

LAR CATÓLICO. *Pelo Brasil*. Uberaba, MG, 23 jul. 1944, n. 30

LAVOURA E COMÉRCIO. *Auxílio para os lázaros e seus filhos*. Uberaba, MG, quinta-feira, 15 jan. 1953, n. 13093.

LAVOURA E COMÉRCIO. *Foi inaugurado mais um pavilhão do educandário “Eunice Weaver” do Triângulo Mineiro*. Uberaba, MG, quinta-feira, 19 maio 1953, n. 13.192,

LAVOURA E COMÉRCIO. *Passaram por Uberaba 16 crianças com desiino [sic] ao Educandário “Eunice Weaver”, de Araguari*. Uberaba, MG, quinta-feira, 3 set. 1953, n. 13.280.

O DIA. *Preventório para filhos de hansenianos*. Curitiba, PR, sábado, 6 set. 1952, n. 9104.

O JORNAL. *Minas Gerais*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 8 out. 1952, n. 9949.

Orais

D. Ituiutaba, MG, 23 jul. 2023. Arquivo de áudio. Entrevista concedida a mim na residência da entrevista N.

N. Ituiutaba, MG, 23 jul. 2023. Arquivo de áudio. Entrevista concedida a mim na residência da entrevista N.

Z. Ituiutaba, MG, 23 jul. 2023. Arquivo de áudio. Entrevista concedida a mim na residência da entrevista N.

Legislação

BRASIL. Presidência da República. *Lei 3.987*, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Presidência da república. *Lei 610*, de 13 de janeiro de 1949. Fixa normas para a profilaxia da lepra. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 14.736*, de 24 de novembro de 2024. Altera a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou a internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14736.htm. Acesso em: 3 maio 2024.

Acervo on-line consultado

Hemeroteca da Biblioteca Nacional — <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.